



DECLARAÇÃO FINAL DO 2.º ENCONTRO DE ONGs DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Lisboa, 15 de Outubro de 2021

Discutir o passado e presente, de olhos postos no futuro

Mais de duas décadas após o primeiro encontro de ONGs de países de língua portuguesa promovido pela Associação para a Cooperação Entre os Povos (ACEP) em Lisboa, **várias organizações da sociedade civil com perfis de intervenção e experiências diversas reuniram-se nos dias 14 e 15 de Outubro de 2021 para debaterem os contextos de intervenção e o papel das ONG no mundo actual.** Ficou patente ao longo destes dois dias de trabalho que a reunião e discussão conjunta em torno de preocupações comuns são cruciais para a intervenção e para reforçar laços de solidariedade, identificar complementaridades e capitalizar recursos.

O modelo adoptado de discussão, cruzando várias gerações de líderes de ONGs e activistas sociais de países africanos de língua portuguesa, Brasil e Portugal, bem como representantes de instituições públicas e privadas portuguesas (do sector privado à academia), permitiu uma troca de experiências ímpar, criando as pontes necessárias entre a herança do passado e os desafios actuais e de futuro. **Os percursos de cidadania trilhados desde a criação das primeiras ONG são um legado único que nos permitem olhar para o futuro de forma mais informada e consistente,** assente nas lições aprendidas, nas conquistas entretanto alcançadas e nas alianças e cumplicidades criadas nesse caminho.

Numa altura em que se verificam mudanças acentuadas a nível mundial e na cooperação internacional para o desenvolvimento, **o encontro permitiu identificar os desafios que enfrentamos** (alguns dos quais se mantêm desde o primeiro encontro de há 20 anos), **as preocupações comuns e contextuais e apontar caminhos possíveis de cooperação e de parcerias reais entre diferentes organizações da sociedade civil.**

Os desafios que enfrentamos

Os/as participantes foram unânimes em reconhecer que o último ano e meio, marcado pela crise pandémica provocada pela COVID-19, expôs cruamente as múltiplas fragilidades que hoje enfrentamos – das desigualdades sociais, económicas e políticas, à crise de solidariedade internacional manifestada na gestão dos processos de vacinação (numa altura em que mais de metade da população europeia está totalmente vacinada, apenas 5,23%¹ da população africana recebeu as duas doses contra a COVID-19). À crise pandémica, associam-se outros desafios estruturais com implicações nos contextos de intervenção das ONGs, nomeadamente:

- as desigualdades crescentes entre e dentro dos países, à escala global;
- a (i)mobilidade de pessoas, sobretudo do continente africano para a Europa;

¹ Dados reportados a 20 de Outubro de 2021, de acordo com a UA (<https://africacdc.org/covid-19-vaccination>)

- o surgimento de novos populismos e aumento da extrema direita e do discurso de ódio;
- o inquietante aumento das medidas repressivas contra o livre exercício dos direitos humanos;
- as fragilidades dos Estados e das respectivas instituições públicas e privadas e a dificuldade de gestão de bens públicos como a saúde e a educação;
- a crise climática, o consumo excessivo e a má gestão/governança de recursos naturais;
- o agravamento das condições de vida e dos direitos dos mais vulneráveis, sobretudo crianças e mulheres;
- as questões demográficas relacionadas com o aumento da população jovem desempregada nos países em desenvolvimento;
- as parcerias de cooperação que remetem os valores da solidariedade e da defesa dos direitos humanos para um plano secundário e ignoram o papel nuclear de activistas e organizações da sociedade civil para o cumprimento pleno da agenda do desenvolvimento;
- a despolitização crescente das organizações da sociedade civil nas últimas décadas, muitas das quais adoptando modelos de agências de implementação de projectos;
- o afunilamento do espaço cívico à escala global, desde as formas mais subtis de não auscultação (colocando as ONG num não lugar nas discussões) à perseguição e aniquilamento de activistas;
- o agravamento da dívida dos países em situação crítica, exigindo a definição de mecanismos de solidariedade internacional que permitam o seu crescimento social e económico em condições de verdadeira equidade relativamente a outros países;
- o desinvestimento gradual na ajuda pública ao desenvolvimento e na agenda de qualidade da cooperação para o desenvolvimento (em questões como transparência, prestação de contas, apropriação democrática, etc.);
- o surgimento de lógicas neocoloniais na gestão de programas de cooperação internacional;
- a crescente substituição do Estado por parte de grandes organizações da sociedade civil enquanto provedoras de bens públicos e satisfação de necessidades básicas, como o acesso à saúde e à educação;
- a transformação digital e o seu impacto nas práticas e nas formas de relacionamento no terreno;
- programas e projetos de cooperação internacional, descolados de um plano de desenvolvimento estrutural dos países e das pessoas beneficiadas, ao invés de programas que promovam a construção de autonomias e movimento de emancipação cidadã;
- corrupção e falta de transparência na gestão dos recursos públicos o que degrada a capacidade dos governos em desenvolverem e implementarem políticas públicas básicas de qualidade, designadamente para as populações mais vulneráveis.

Os trilhos possíveis para o futuro

O percurso para alcançar uma sociedade mais justa e equitativa não é linear, mas sabemos-lo que não pode ser trilhado sem intervenção das organizações da sociedade civil. No encontro, traçámos vários trilhos possíveis para o futuro, a partir do diagnóstico dos desafios e das complexidades várias que nos permitem caminhar juntos, de forma a:

- reafirmar o papel das ONGs enquanto parceiros de Desenvolvimento, com lugar à mesa das negociações de políticas públicas;
- reafirmar o papel de intervenção cívica das ONG enquanto actores políticos não partidários, ao invés de meras prestadoras de serviços e de substituição do Estado;
- trazer para o diálogo e para a definição de políticas novas expressões de cidadania, nomeadamente movimentos sociais e de diferentes comunidades, para a construção de Estados mais democráticos, inclusivos e representativos;
- continuar a promover e a defender os direitos humanos, desde os direitos de primeira geração (cívicos e políticos), aos de segunda geração (económicos e sociais);
- debater criticamente novas formas de financiamento para as ONGs, que promovam o empoderamento cívico das comunidades e constelações de interesses que representam, bem como as suas prioridades e iniciativas, ao invés de formatarem uma visão de implementadoras de programas de desenvolvimento;
- sublinhar a necessidade de resgatar os valores e princípios da cooperação para o desenvolvimento, nomeadamente a solidariedade internacional e o ideal de redistribuição, e de promover a coerência de todas as políticas nacionais e regionais que dizem respeito à relação entre países (comercial, económica, agrícola...)
- encetar uma reflexão conjunta sobre práticas de financiamento e de actuação dos grandes financiadores internacionais nos países em desenvolvimento;
- discutir abertamente a urgência da descolonização do desenvolvimento e de localização da ajuda numa perspectiva de autonomia e de construção de relações de poder mais equilibradas e justas;
- promover alianças e redes de solidariedade entre diferentes ONG e outras OSC, capitalizando recursos e promovendo complementaridades.
- desenvolver estratégias conjuntas de protecção à vida e a liberdade de expressão dos defensores dos direitos humanos nos países.
- reafirmar o compromisso com a democracia e a liberdade dos meios de comunicação nos países, visando a construção de outras narrativas sobre fatos e as realidades vividas pelas populações mais vulneráveis.

A reflexão conjunta não se esgota neste encontro, ao invés as discussões permitiram constatar que partilhamos preocupações e criaram um novo ímpeto para a reafirmação de alianças e de trabalho conjunto entre as organizações participantes. Aos desafios e constrangimentos que as diversas organizações enfrentam e enfrentarão, procuraremos responder com partilha de informação e de recursos, criação de pontes e de redes de solidariedade e canais de comunicação pública entre as diferentes sociedades.

Os/As participantes

Alexandro Cardoso, Federação das ONG's em S. Tomé e Príncipe (FONG-STP), S. Tomé e Príncipe
Ana Filipa Oliveira, Associação para a Cooperação Entre os Povos (ACEP), Portugal
Ana Patrícia Fonseca, Plataforma Portuguesa das ONGD, Portugal
André Araújo, Centro de Referência Integral de Adolescentes (CRIA), Brasil
Augusta Henriques, TINIGUENA – Esta Terra É Nossa!, Guiné-Bissau
Bubacar Turé, Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH), Guiné-Bissau
Cristina Cruz, Centro De Intervenção Para O Desenvolvimento Amílcar Cabral (CIDAC), Portugal
Dirce Varela, Plataforma das ONG's de Cabo Verde, Cabo Verde
Eduardo Elba, Federação das ONG's em S. Tomé e Príncipe (FONG-STP), S. Tomé e Príncipe
Ernesto Nhanale, Instituto para a Comunicação Social da África Austral (MISA), Moçambique
Fátima Belo, Associação para a Cooperação Entre os Povos (ACEP), Portugal
Fátima Proença, Associação para a Cooperação Entre os Povos (ACEP), Portugal
Fernando Pacheco, Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA-Angola), Angola
Hazel Regala, Associação para a Cooperação Entre os Povos (ACEP), Portugal
Joanilda Alves, Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV), Cabo Verde
João José Fernandes, OIKOS – Cooperação e Desenvolvimento (OIKOS), Portugal
Karina Carvalho, Transparência Internacional Portugal (TI-Portugal), Portugal
Livia Apa, Associação para a Cooperação Entre os Povos (ACEP), Portugal
Maria Morais, Associação para a Cooperação Entre os Povos (ACEP), Portugal
Miguel de Barros, TINIGUENA – Esta Terra É Nossa!, Guiné-Bissau
Orlando Garcia, Chapiô e ACEP, Portugal
Patrícia Maridalho, Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento Africano (VIDA), Portugal
Rita Cavaco, Associação para a Cooperação Entre os Povos (ACEP), Portugal
Rita Leote, Plataforma Portuguesa das ONGD, Portugal
Rosana Albuquerque, Universidade Aberta e ACEP, Portugal
Tânia Carvalho, UFOLO – Centro de Estudos para a Boa Governação (UFOLO), Angola
Teresa Paiva Couceiro, Fundação Gonçalo da Silveira (FGS), Portugal
Tomás Nogueira, Plataforma Portuguesa das ONGD, Portugal
Zenaida Machado, Human Rights Watch (HRW), Moçambique

Apoio

Disclaimer